

- FC: DOE de 9 de junho de 1939.
Decreto-lei No. 350, de 13 de junho.
A: Dispõe sobre concurso para Lentes e Professores dos Institutos de Educação.
- FC: DOE de 13 de junho de 1939.
Decreto-lei No. 367, de 21 de agosto.
A: Dispõe sobre a criação de cargos de Professores de Educação Física.
- FC: DOE de 22 de agosto de 1939
Decreto No. 714, de 3 de março.
A: Expede o Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário.
- FC: DOE de 4 de março de 1939.
Decreto No. 715, de 3 de março.
A: Expede o Regulamento para os Cursos Complementares.
- FC: DOE de 6 de março de 1939.
Decreto No. 753, de 5 de abril.
A: Passa as atribuições dos Chefes Escolares para os Auxiliares de Inspeção.
- FC: DOE de 5 de abril de 1939.
Decreto No. 873, de 20 de dezembro.
A: Fixa o limite de matrícula no Curso Provisório de Educação Física.
- FC: DOE de 21 de dezembro de 1939.

Ano de 1940 – Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

- Decreto-lei No. 424, de 20 de fevereiro.*
A: Dispõe que a conservação dos campos de Educação Física dos Grupos Escolares deve ser feita pelas Prefeituras Municipais.
- FC: DOE de 20 de fevereiro de 1940.
Decreto-lei No. 427, de 23 de fevereiro.
A: Dispõe sobre o preenchimento do cargo de Subdiretor Técnico do Departamento de Educação.
- FC: DOE de 23 de fevereiro de 1940.
Decreto-lei No. 428, de 23 de fevereiro.
A: Dispõe sobre os vencimentos dos Professores de Educa-

ção Física e permite a sua nomeação para o cargo de Diretor de Grupo Escolar.

FC: DOE de 23 de fevereiro de 1940,

Decreto-lei No. 458, de 24 de junho.

A: Cria a Escola Elementar Agrícola de Lages.

FC: DOE de 24 de junho de 1940,

Decreto-lei No. 461, de 9 de julho.

A: Determina a doação pelos Municípios de terrenos para a construção de Grupos Escolares.

FC: DOE de 9 de julho de 1940,

Decreto-lei No. 464, de 12 de julho.

A: Regula a concessão de subvenções a instituições de caráter privado, que realizem qualquer espécie de serviço social ou atividade cultural.

FC: DOE de 12 de julho de 1940,

Decreto-lei No. 469, de 18 de julho.

A: Suprime cargos de Inspetores Gerais Escolares.

FC: DOE de 18 de julho de 1940,

Decreto No. 877, de 26 de janeiro.

A: Dispõe sobre matrícula nos Institutos de Educação.

FC: DOE de 26 de janeiro de 1940,

Decreto No. 900, de 15 de março.

A: Permite que os professores ginasianos façam exames de Pedagogia e Psicologia Educacional, para obterem a condição de professor normalista.

FC: DOE de 15 de março de 1940,

Decreto No. 924, de 24 de junho.

A: Dispõe sobre o ensino de História do Brasil nos Institutos de Educação.

FC: DOE de 24 de junho de 1940.

Ano de 1941 – Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Decreto-lei No. 511, de 12 de fevereiro.

A: Dispõe sobre inspeções escolares.

FC: DOE de 12 de fevereiro de 1941,

Decreto-lei No. 514, de 18 de fevereiro.

A: Estabelece medidas complementares ao Decreto-lei No. 235, de 26 de novembro de 1938, que dispõe sobre

concurso de remoção de professores primários.

FC: DOE de 18 de fevereiro de 1941.

Decreto-lei No. 537, de 14 de maio.

A: Transforma a Subdiretoria de Cultura e Divulgação do Departamento de Educação em Subdiretoria de Expedição.

FC: DOE de 15 de maio de 1941.

Decreto-lei No. 558, de 10 de julho.

A: Estabelece normas para a substituição de professores primários, inspetores escolares, diretores e funcionários de Grupos Escolares.

FC: DOE de 10 de julho de 1941.

Decreto-lei No. 587, de 9 de dezembro.

A: Proíbe a inscrição em concurso dos professores removidos "ex-officio", durante o ano letivo anterior ao concurso.

FC: DOE de 9 de dezembro de 1941.

Decreto No. 945, de 25 de janeiro.

A: Dispõe sobre Cooperativas Escolares.

FC: DOE de 29 de janeiro de 1941.

Decreto No. 961, de 5 de março.

A: Estabelece normas regulamentares para as Caixas Escolares.

FC: DOE de 6 de março de 1941.

Decreto No. 963, de 6 de março.

A: Fixa o número de matrículas na Escola Profissional Feminina de Florianópolis.

FC: DOE de 10 de março de 1941.

Decreto No. 987, de 28 de maio.

A: Aprova o programa de habilitação para professor interino em escola isolada.

FC: DOE de 29 de maio de 1941.

Decreto No. 989, de 2 de junho.

A: Aprova instruções para a realização de exames finais em Escolas Isoladas, Grupos Escolares e Cursos Complementares estaduais, municipais e particulares.

FC: DOE de 3 de junho de 1941.

Decreto No. 991, de 4 de junho.

- A: Institui o uso de uniforme nos estabelecimentos de ensino primário.
FC: DOE de 5 de junho de 1941.
Decreto No. 1.003, de 21 de julho.
- A: Institui o uso de uniforme para os professores de Educação Física.
FC: DOE de 22 de julho de 1941.
Decreto No. 1.004, de 21 de julho.
- A: Institui o uso de uniforme de Educação Física para os alunos dos estabelecimentos de ensino.
FC: DOE de 22 de julho de 1941.
Decreto No. 1.015, de 20 de setembro.
- A: Dispõe sobre registro de diplomas e certificados de conclusão de cursos no Departamento de Educação.
FC: DOE de 22 de setembro de 1941.
Decreto No. 1.023, de 27 de outubro.
- A: Dispõe sobre a construção de prédios escolares municipais.
FC: DOE de 29 de outubro de 1941.

Ano de 1942 – Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Decreto-lei No. 615, de 2 de março.

A: Regula a concessão de subvenções.

FC: DOE de 2 de março de 1942.

Decreto-lei No. 658, de 4 de julho.

A: Estabelece que a Secretaria do Interior e Justiça passe a chamar-se Secretaria da Justiça, Educação e Saúde.

FC: DOE de 6 de julho de 1942.

Decreto-lei No. 712, de 1 de dezembro.

A: Dispõe sobre as Escolas Práticas de Agricultura.

FC: DOE de 1 de dezembro de 1942.

Decreto No. 1.256, de 23 de janeiro.

A: Fixa o número de Circunscrições Escolares e especifica as suas sedes.

FC: DOE de 28 de janeiro de 1942.

Decreto No. 1.319, de 4 de fevereiro.

A: Torna facultativa aos professores normalistas em exercício a freqüência às aulas de Prática de Ensino e aos

diplomados em curso especializado de Educação Física, a freqüência às aulas desta disciplina.

FC: DOE de 5 de fevereiro de 1942.

Decreto No. 1.542, de 23 de fevereiro.

A: Dá nova redação ao art. 5º, do Decreto No. 715, de 3 de março de 1939, estabelecendo que as aulas semanais do Curso Complementar se distribuam por 4 secções.

FC: DOE de 23 de fevereiro de 1942.

Decreto No. 170, de 10 de dezembro.

A: Expede o Regulamento para as Escolas Práticas de Agricultura, como complemento ao Decreto-lei No. 712, de 1 de dezembro de 1942.

FC: DOE de 14 de dezembro de 1942.

Ano de 1943 – Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Decreto-lei No. 751, de 12 de março.

A: Cria o cargo de Inspetor de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Em anexo, a Portaria No. 126, de 15 de março de 1943, do Departamento de Educação, que estabelece as atribuições do referido cargo.

FC: DOE de 12 de março de 1943.

Decreto-lei No. 788, de 24 de maio.

A: Cria, no Departamento de Educação, um cargo de Assistente Técnico e estabelece as suas atribuições.

FC: DOE de 7 de junho de 1943.

Decreto-lei No. 814, de 9 de agosto.

A: Estabelece condição para matrícula no Curso Provisório de Educação Física.

FC: DOE de 11 de agosto de 1943.

Decreto No. 2.801, de 26 de janeiro.

A: Dispõe sobre prova de sanidade e capacidade física para o exercício de quaisquer funções públicas.

FC: DOE de 26 de janeiro de 1943.

Decreto No. 2.908, de 16 de agosto.

A: Modifica a redação do art. 45, do Decreto No. 714, de 3 de março de 1939 (promoção de alunos nos estabelecimentos de ensino primário).

FC: DOE de 17 de agosto de 1943.

Decreto No. 2.909, de 16 de agosto.

A: Modifica a redação do art. 91, do Decreto No. 714, de 3 de março de 1939 (matrícula na 4a. série de Grupo Escolar).

FC: DOE de 17 de agosto de 1943.

Ano de 1944 – Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Decreto-lei No. 956, de 25 de janeiro.

A: Estabelece normas complementares à Lei No. 1.617, de 1 de outubro de 1928 (equiparação de estabelecimentos particulares de ensino normal aos congêneres estaduais).

FC: DOE de 25 de janeiro de 1944.

Decreto-lei No. 1.069, de 4 de agosto.

A: Dá nova redação ao art. 15, do Decreto-lei No. 244, de 8 de dezembro de 1938 (verba de expediente de Grupos Escolares).

FC: DOE de 7 de agosto de 1944.

Decreto-lei No. 1.078, de 16 de agosto.

A: Cria a função de Inspetor de Cooperativas Escolares.

FC: DOE de 17 de agosto de 1944.

Decreto-lei No. 1.196, de 23 de novembro.

A: Dispõe sobre concurso para remoção, ingresso e reversão de professores nos estabelecimentos de ensino primário.

FC: DOE de 24 de novembro de 1944.

Decreto-lei No. 1.198, de 27 de novembro.

A: Dispõe sobre o Curso de Habilitação de Professor de Educação Física.

FC: DOE de 27 de novembro de 1944.

Decreto No. 3.031, de 11 de setembro.

A: Dispõe sobre expedição de certificado a Professor particular, que, para tanto, se tenha habilitado.

FC: DOE de 13 de setembro de 1944.

Decreto No. 3.060, de 13 de novembro.

A: Denomina Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina o Curso Provisório de Educação Física de Santa Catarina,

FC: DOE de 14 de novembro de 1944.

Ano de 1945 – **Governo NEREU DE OLIVEIRA RAMOS** (até 6 de novembro)

Governo LUIZ GALLOTTI (a partir de 6 de novembro)

Decreto-lei No. 1.292, de 5 de março.

A: Dispõe sobre o preenchimento de vaga em secção dos Institutos de Educação do Estado.

FC: DOE de 7 de março de 1945.

Decreto-lei No. 40, de 3 de dezembro.

A: Dispõe sobre o Curso de Habilitação de Professor de Educação Física.

FC: DOE de 4 de dezembro de 1945.

Ano de 1946 – **Governo UDO DEEKE**

Decreto-lei No. 131, de 9 de março.

A: Cria, no Departamento de Educação, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Técnico de Educação Física.

FC: DOE de 11 de março de 1946.

Decreto-lei No. 132, de 9 de março.

A: Dispõe sobre as matérias de ensino do Curso Fundamental dos Institutos de Educação.

FC: DOE de 13 de março de 1946.

Decreto-lei No. 257, de 21 de outubro.

A: Expede a Lei Orgânica do Ensino Normal do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 24 de outubro de 1946.

Decreto-lei No. 298, de 18 de novembro.

A: Expede a Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 18 de novembro de 1946.

Decreto-lei No. 317, de 6 de dezembro.

A: Dispõe sobre concurso para remoção, ingresso e reversão de professores nos estabelecimentos de ensino primário.

FC: DOE de 9 de dezembro de 1946.

Decreto No. 3674, de 23 de novembro.

A: Expede o Regulamento para os estabelecimentos de ensino normal.

FC: DOE de 29 de novembro de 1946.

Decreto No. 3682, de 3 de dezembro.

A: Expede os programas de ensino para os Cursos Normais Regionais.

FC: DOE de 12 de dezembro de 1946.

Decreto No. 3.732, de 12 de dezembro.

A: Expede os programas de ensino para os estabelecimentos de ensino primário do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 31 de dezembro de 1946.

Decreto No. 3.733, de 12 de dezembro.

A: Expede o Regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar.

FC: DOE de 14 de janeiro de 1947.

Decreto No. 3.735, de 17 de dezembro.

A: Expede o Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 14 de fevereiro de 1947.

Ano de 1947 – Governo UDO DEEKE (até 31 de janeiro)

Governo ADERBAL RAMOS DA SILVA (a partir de 31 de janeiro)

Decreto-lei No. 84, de 22 de julho.

A: Institui mais oito bolsas escolares na Escola Industrial de Florianópolis.

FC: DOE de 22 de julho de 1947.

Decreto-lei No. 91, de 22 de julho.

A: Dispõe sobre o provimento de escolas reunidas e escolas isoladas, que não tenham sido providas por concurso, na época legal.

FC: DOE de 22 de julho de 1947.

Lei No. 40, de 12 de dezembro.

A: Cria, no Departamento de Educação, o cargo de Inspector das Associações Auxiliares da Escola.

FC: DOE de 16 de dezembro de 1947.

Decreto No. 3786, de 28 de janeiro.

A: Expede os programas de ensino para as Escolas Normais e Institutos de Educação.

FC: DOE de 4 de fevereiro de 1947.

Decreto No. 64, de 22 de julho.

A: Cria o Serviço de Educação de Adultos.

FC: DOE de 30 de julho de 1947.

Decreto No. 67, de 30 de julho.

A: Dá nova redação ao art. 163, item 8, do Decreto No. 3.735, de 17 de dezembro de 1946 (provas de 2a. época no Curso Primário Complementar).

FC: DOE de 14 de agosto de 1947.

Decreto No. 68, de 30 de julho.

A: Dá nova redação ao art. 196, item I, do Decreto No. 3735, de 17 de dezembro de 1946 (penalidades aos alunos dos estabelecimentos de ensino primário).

FC: DOE de 14 de agosto de 1947.

Decreto No. 114, de 29 de outubro.

A: Dispõe sobre as Escolas Reunidas.

FC: DOE de 29 de outubro de 1947.

Decreto No. 125, de 26 de dezembro.

A: Dá nova redação ao art. 681, do Decreto No. 3735, de 17 de dezembro de 1946, que traça normas sobre a confecção do relatório de Diretor de Grupo Escolar e fixa prazo para a sua apresentação.

FC: DOE de 11 de dezembro de 1947.

Ano de 1948 – Governo ADERBAL RAMOS DA SILVA

Lei No. 145, de 12 de outubro.

A: Institui o Dia do Professor e o declara feriado escolar.

FC: DOE de 14 de outubro de 1948.

Lei No. 148, de 21 de outubro.

A: Dispõe sobre bolsas escolares para os cursos superiores, profissionais, técnicos e dá outras providências.

FC: DOE de 26 de outubro de 1948.

Lei No. 233, de 10 de dezembro.

A: Cria a carreira de Inspetor Escolar e estabelece normas para ingresso na mesma.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1948.

Lei No. 234, de 10 de dezembro.

A: Cria a carreira de Diretor de Grupo Escolar e estabelece normas para ingresso na mesma.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1948.

Lei No. 235, de 10 de dezembro.

A: Dispõe sobre a Escola Profissional Feminina de Floripa-
nópolis.

FC: DOE de 17 de dezembro de 1948.

Decreto No. 130, de 12 de janeiro.

A: Dá nova redação ao art. 27, parágrafo 1º, do Decreto
No. 3.674, de 23 de novembro de 1946 (exame de
admissão a Curso Normal Regional).

FC: DOE de 14 de janeiro de 1948.

Decreto No. 135, de 19 de janeiro.

A: Dá nova redação ao art. 163, item 10, do Decreto No.
3.735, de 17 de dezembro de 1946 (matrícula em Cur-
so Normal Regional).

FC: DOE de 22 de janeiro de 1948.

Decreto No. 156, de 4 de fevereiro.

A: Dá nova redação ao art. 439, do Decreto No. 3735, de
17 de dezembro de 1946 (exames de professor provisó-
rio).

FC: DOE de 5 de fevereiro de 1948.

Decreto No. 159, de 5 de fevereiro.

A: Dispõe sobre matrículas, com ônus para o Estado, em
estabelecimentos de ensino particular.

FC: DOE de 5 de fevereiro de 1948.

Decreto No. 171, de 23 de fevereiro.

A: Dispõe sobre escolas isoladas desdobradas.

FC: DOE de 23 de fevereiro de 1948.

Decreto No. 181, de 16 de março.

A: Incorpora ao programa para os estabelecimentos de en-
sino primário, o de Educação Física, organizado pelo
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

FC: DOE de 11 de maio de 1948.

Ano de 1949 – Governo ADERBAL RAMOS DA SILVA

Lei No. 257, de 21 de junho.

A: Cria a função gratificada de Inspetor de Educação Físi-
ca.

FC: DOE de 30 de junho de 1949.

Lei No. 277, de 18 de julho.

A: Estabelece normas para o provimento de Escolas Isola-

das e classes de Grupos Escolares e Escolas Reunidas não providas por concurso, na época legal.

FC: DOE de 22 de julho de 1949.

Lei No. 308, de 24 de setembro.

A: Altera a denominação da Secretaria da Justiça, Educação e Saúde para Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde.

FC: DOE de 29 de setembro de 1949.

Decreto No. 378, de 8 de janeiro.

A: Dá nova redação ao art. 42, do Decreto No. 3674, de 23 de novembro de 1946 (exames finais em Institutos de Educação, Escolas Normais e Cursos Normais Regionais).

FC: DOE de 12 de janeiro de 1949.

Decreto No. 413, de 16 de fevereiro.

A: Aprova instruções do Departamento de Educação sobre Escolas Reunidas.

FC: DOE de 3 de março de 1949.

Decreto No. 447, de 29 de março.

A: Cria a Federação de Clubes Agrícolas Escolares e define as suas finalidades e atribuições.

FC: DOE de 30 de março de 1949.

Decreto No. 529, de 4 de julho.

A: Aprova instruções do Departamento de Educação sobre excursões escolares.

FC: DOE de 6 de julho de 1949.

Decreto No. 546, de 25 de julho.

A: Expede o Regulamento para a Federação dos Clubes Agrícolas.

FC: DOE de 25 de julho de 1949.

Decreto No. 550, de 27 de julho.

A: Cria a Federação das Bibliotecas Escolares e define as suas finalidades e atribuições.

FC: DOE de 1 de agosto de 1949.

Decreto No. 558, de 6 de agosto.

A: Dispõe sobre o regime de férias do pessoal administrativo dos Institutos de Educação, Escolas Normais, Cursos Normais Regionais, Cursos Primários Complementares, Grupos Escolares e Escolas Reunidas.

- FC: DOE de 10 de agosto de 1949.
Decreto No. 567, de 20 de agosto.
A: Aprova as instruções da Inspetoria de Educação Física para as associações desportivas nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares.
- FC: DOE de 24 de outubro de 1949.
Decreto No. 581, de 14 de setembro.
A: Define o regime de férias de Diretores e Auxiliares de Direção de estabelecimentos de ensino estaduais.
- FC: DOE de 26 de setembro de 1949.
Decreto No. 590, de 22 de setembro.
A: Dispõe sobre a participação de estabelecimento de ensino subordinado ao Departamento de Educação em concursos, competições, desfiles e passeatas escolares.
- FC: DOE de 29 de setembro de 1949.
Decreto No. 609, de 21 de outubro.
A: Veda aos docentes de estabelecimentos de ensino normal a ministração de aulas particulares de matérias da sua cadeira a alunos matriculados nos respectivos estabelecimentos de ensino.
- FC: DOE de 3 de novembro de 1949.
Decreto No. 616, de 4 de novembro.
A: Cria, no Instituto de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis, o segundo ciclo do ensino secundário.
- FC: DOE de 9 de novembro de 1949.
Decreto No. 618, de 16 de novembro.
A: Introduz, em caráter facultativo, o ensino do Esperanto nos programas dos Institutos de Educação e Escolas Normais.
- FC: DOE de 22 de novembro de 1949.

Ano de 1950 – Governo ADERBAL RAMOS DA SILVA

- Lei No. 415, de 8 de agosto.*
A: Cria, no Departamento de Educação, o cargo de Inspector Geral do Ensino Normal.
- FC: DOE de 9 de agosto de 1950.
Decreto No. 650, de 28 de fevereiro.
A: Dispõe sobre o funcionamento do Colégio Estadual

- DIAS VELHO, da cidade de Florianópolis.
FC: DOE de 6 de março de 1950.
Decreto No. 746, de 10 de julho.
A: Dispõe sobre exames vagos em Curso Normal Regional.
FC: DOE de 14 de julho de 1950.
Decreto No. 762, de 11 de agosto.
A: Define as atribuições do Inspetor Geral do Ensino Normal.
IFC: DOE de 30 de agosto de 1950.
Decreto No. 839, de 17 de novembro.
A: Dispõe sobre as classes A e B, das escolas isoladas desdobradas.
FC: DOE de 21 de novembro de 1950.
Decreto No. 861, de 20 de dezembro.
A: Dispõe sobre as secções e atribuições das Subdiretorias do Departamento de Educação.
FC: DOE de 22 de dezembro de 1950.

Ano de 1951 — Governo IRINEU BORNHAUSEN

- Lei No. 18, de 1 de agosto. (§)*
A: Dispõe sobre a inamovibilidade dos ocupantes de cargos de magistério, obtidos por concurso de títulos ou de provas.
FC: DOE de 6 de agosto de 1951.
Lei No. 23, de 5 de outubro. (§)
A: Dispõe sobre o concurso de remoção, ingresso e reversão de Inspetores Escolares.
FC: DOE de 8 de outubro de 1951.
Lei No. 24, de 5 de outubro. (§)
A: Dispõe sobre o concurso de remoção, ingresso e reversão de Diretores de Grupos Escolares.
FC: DOE de 11 de outubro de 1951.
Decreto No. 128, de 10 de outubro.
A: Aprova a resenha dos assuntos para a reunião de Ins-

§ — Esta Lei foi vetada pelo Governador do Estado. Não tendo sido aceito o veto pela Assembléia Legislativa do Estado, o Presidente desta a promulgou, na forma constitucional.

petores Escolares, a realizar-se no período de 22 a 27 de outubro de 1951.

FC: DOE de 12 de outubro de 1951.

Ano de 1952 – Governo IRINEU BORNHAUSEN

Lei No. 735, de 5 de setembro.

A: Modifica o art. 2º e seu parágrafo único, da Lei No. 149, de 21 de outubro de 1948, que dispõe sobre a concessão de bolsas escolares.

FC: DOE de 8 de setembro de 1952.

Lei No. 785, de 27 de outubro.

A: Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Saúde e Assistência Social.

FC: DOE de 4 de novembro de 1952.

Ano de 1953 – Governo IRINEU BORNHAUSEN

Lei No. 820, de 30 de janeiro.

A: Dispõe sobre vantagem aos professores com mais de dez anos de exercício no magistério.

FC: DOE de 6 de fevereiro de 1953.

Decreto No. 456, de 16 de março.

A: Regulamenta os serviços da Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social, criada pela Lei No. 785, de 27 de outubro de 1952.

FC: DOE de 17 de março de 1953.

Decreto No. 540, de 22 de abril.

A: Dá nova redação ao art. 175, item 19, letra b, do Decreto No. 3.735, de 17 de dezembro de 1946 (atribuições de Diretor de Grupo Escolar).

FC: DOE de 28 de abril de 1953.

Decreto No. 129, de 5 de dezembro.

A: Acrescenta parágrafos aos artigos 49 e 50, do Decreto No. 3.674, de 23 de novembro de 1946 (exames de 2ª. época em estabelecimentos de ensino normal).

FC: DOE de 10 de dezembro de 1953.

Ano de 1954 – Governo IRINEU BORNHAUSEN

Lei No. 1.170, de 26 de novembro.

- A: Determina providências para localizar a futura Universidade de Santa Catarina.
FC: DOE de 30 de novembro de 1954.
Decreto No. 157, de 24 de fevereiro.
- A: Dispõe sobre concurso para o provimento de cargos de Lente e Professor nos estabelecimentos de ensino normal do segundo ciclo.
FC: DOE de 5 de março de 1954.
Decreto No. 181, de 25 de março.
- A: Dá nova redação ao art. 6º, do Decreto No. 746, de 10 de julho de 1950, que dispõe sobre inscrição a exames vagos em Curso Normal Regional.
FC: DOE de 30 de março de 1954.
Decreto No. 211, de 29 de abril.
- A: Dispõe sobre registro de professor particular.
FC: DOE de 15 de junho de 1954.
Decreto No. 314, de 24 de julho.
- A: Dá nova redação ao art. 1º, do Decreto No. 456, de 16 de março de 1953, que define as repartições integrantes da Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social.
FC: DOE de 26 de julho de 1954.

Ano de 1955 – Governo IRINEU BORNHAUSEN

Lei No. 1.292, de 17 de maio.

A: Cria e dispõe sobre a carreira de Professor Secundário, do Quadro Único do Estado.

FC: DOE de 23 de maio de 1955.

DOE de 31 de maio de 1955.

Lei No. 1.322, de 14 de julho.

A: Transfórmam as Escolas Práticas de Agricultura em Centros de Preparação Agrícola.

FC: DOE de 15 de julho de 1955.

Lei No. 1.330, de 12 de julho.

A: Concede o uso gratuito do prédio, de propriedade do Estado, à Academia de Comércio de Santa Catarina.

FC: DOE de 14 de julho de 1955.

Lei No. 226, de 23 de agosto. (§)

A: Dispõe sobre a interpretação do art. 2º, "in fine", da Lei No. 234, de 10 de dezembro de 1948, que criou a carreira de Diretor de Grupo Escolar.

FC: DOE de 30 de agosto de 1955.

Lei No. 1.362, de 29 de outubro.

A: Autoriza o Poder Executivo a promover a criação da Universidade de Santa Catarina.

FC: DOE de 9 de novembro de 1955.

Decreto No. 498, de 1 de fevereiro.

A: Regula o ensino religioso nas escolas oficiais do Estado.

FC: DOE de 8 de fevereiro de 1955.

Decreto No. 873, de 22 de novembro.

A: Dispõe sobre a divisão do Estado em Delegacias de Ensino e dá outras providências.

FC: DOE de 23 de janeiro de 1956.

Decreto No. 874, de 22 de novembro.

A: Dispõe sobre as secções e atribuições das Subdiretorias do Departamento de Educação.

FC: DOE de 6 de dezembro de 1955.

Decreto No. 875, de 22 de novembro.

A: Dispõe sobre as atribuições do Inspetor Geral do Ensino Normal, Inspetor de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino e Inspetor das Associações Auxiliares da Escola.

FC: DOE de 6 de dezembro de 1955.

Ano de 1956 – Governo IRINEU BORNHAUSEN (até 31 de janeiro)

Governo JORGE LACERDA (a partir de 31 de janeiro)

Lei No. 1.463, de 30 de abril.

A: Dá nova denominação à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, organiza seus serviços e cria e suprime cargos no Quadro Único do Estado.

FC: DOE de 6 de maio de 1956.

§ – Esta Lei foi promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

Lei No. 1.520, de 9 de outubro.

A: Cria a Faculdade de Engenharia de Joinville.

FC: DOE de 12 de outubro de 1956.

Lei No. 1.601, de 14 de dezembro.

A: Dispõe sobre a Faculdade de Engenharia de Joinville.

FC: DOE de 29 de dezembro de 1956.

Decreto No. 910, de 4 de janeiro.

A: Concede gratificação mensal especial aos professores normalistas, sendo de Cr\$ 600,00, quando tiverem exercício em estabelecimento de ensino localizado em cidade, e de Cr\$ 800,00, quando o educandário estiver localizado em vilas e povoados.

FC: DOE de 11 de janeiro de 1956.

Decreto No. 201, de 5 de setembro.

A: Estende aos Inspetores Escolares, Diretores de Grupos Escolares e Professores de Educação Física, a gratificação atribuída aos Professores Normalistas, pelo Decreto No. 910, de 4 de janeiro de 1956.

FC: DOE de 12 de setembro de 1956.

Ano de 1957 – Governo JORGE LACERDA

Lei No. 1.685, de 8 de agosto.

A: Revoga o parágrafo único do art. 37, da Lei No. 1.292, de 17 de maio de 1955, e estabelece que o arbitramento das aulas extraordinárias nos estabelecimentos de ensino normal é da competência do Governador do Estado.

FC: DOE de 12 de agosto de 1957.

Lei No. 1.715, de 6 de setembro.

A: Dá nova redação ao art. 16, letra a, do Decreto-lei No. 257, de 21 de outubro de 1946, que versa sobre exame de admissão a estabelecimento de ensino normal.

FC: DOE de 11 de setembro de 1957.

Decreto No. 296A, de 25 de janeiro.

A: Estabelece os Estatutos da Fundação Universidade de Santa Catarina.

FC: DOE de 8 de março de 1957.

Decreto No. 326A, de 29 de março.

A: Dispõe sobre a Faculdade de Engenharia de Joinville.
FC: DOE de 28 de maio de 1957.

Decreto No. 515B, de 2 de dezembro.

A: Cria e dispõe sobre a Congregação do Instituto de Educação e Colégio Estadual DIAS VELHO, de Florianópolis.

FC: DOE de 18 de dezembro de 1957.

Decreto No. 530, de 2 de dezembro.

A: Dispõe sobre o Grupo Escolar Modelo DIAS VELHO, do Instituto de Educação de Florianópolis.

FC: DOE de 31 de dezembro de 1957.

Ano de 1958 – Governo JORGE LACERDA (até 18 de junho)

Governo HERIBERTO HÜLSE (a partir de 19 de junho)

Lei No. 1.929, de 6 de dezembro.

A: Dispõe sobre o ensino emendativo e dá outras provisões.

FC: DOE de 17 de dezembro de 1958.

Decreto No. 748, de 13 de outubro.

A: Dispõe sobre a ministração de aulas extraordinárias nos estabelecimentos de ensino normal.

FC: DOE de 16 de outubro de 1958.

Decreto No. 759, de 21 de novembro.

A: Dispõe sobre a lotação de professores em escola isolada.

FC: DOE de 24 de novembro de 1958.

Decreto No. 760, de 21 de novembro.

A: Dispõe sobre o exercício de Inspectores Escolares, Diretores de Grupos Escolares e Professores em geral, em funções da administração pública não inerentes ao magistério.

FC: DOE de 24 de novembro de 1958.

Decreto No. 762, de 21 de novembro.

A: Dá nova redação ao art. 174, do Decreto No. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, que dispõe sobre o pessoal dos Grupos Escolares.

FC: DOE de 24 de novembro de 1958

Ano de 1959 – Governo HERIBERTO HÜLSE

Lei No. 1.980, de 12 de fevereiro.

A: Cria cargos de Inspetor e Professor de Escolas Profissionais Femininas e dispõe sobre o seu provimento.

FC: DOE de 20 de fevereiro de 1959.

Lei No. 1.983, de 12 de fevereiro.

A: Dá nova redação ao art. 42, do Decreto-lei No. 257, de 21 de outubro de 1946, que dispõe sobre admissão à primeira série de Escola Normal (Curso Normal).

FC: DOE de 16 de fevereiro de 1959.

Lei No. 2.093, de 21 de setembro.

A: Modifica dispositivos da Lei No. 1.362, de 29 de outubro de 1955, que dispõe sobre a Fundação Universidade de Santa Catarina.

FC: DOE de 21 de setembro de 1959.

Lei No. 2.279, de 28 de dezembro.

A: Transforma os Centros de Preparação Agrícola em Escolas Agrícolas.

FC: DOE de 31 de dezembro de 1959.

Decreto No. 788, de 23 de fevereiro.

A: Subordina a designação de professores para educandários particulares a contrato, que deve ser firmado entre o Governo do Estado e a entidade interessada.

FC: DOE de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto No. 801, de 14 de março.

A: Dispõe sobre a instalação de Cursos Intensivos de Preparatórios a Exames de Admissão para o Curso Ginásial.

FC: DOE de 31 de março de 1959.

Decreto No. 831, de 30 de abril.

A: Fixa as Regiões Escolares a que se refere o Decreto No. 873, de 22 de novembro de 1955.

FC: DOE de 4 de maio de 1959.

Decreto No. 842, de 22 de maio.

A: Expede o Regulamento para as Delegacias de Ensino.

FC: DOE de 4 de junho de 1959.

Decreto No. 864, de 18 de junho.

A: Fixa as atribuições do Inspetor de Escolas Profissionais Femininas.

FC: DOE de 22 de junho de 1959.

Decreto No. 887, de 24 de julho.

A: Incorpora ao programa de ensino do Instituto de Educação e Escolas Normais, o de Canto Orfeônico, elaborado pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

FC: DOE de 29 de julho de 1959.

Decreto No. 894, de 30 de julho.

A: Incorpora aos programas de ensino para os estabelecimentos de ensino primário os de preparação de Canto Orfeônico para a 1a. série e o de ensino da mesma disciplina nas Escolas Primárias, elaborados pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

FC: DOE de 10 de agosto de 1959.

Decreto No. 943, de 6 de outubro.

A: Dispõe sobre a transferência de alunos de estabelecimentos de ensino normal de 1o. e 2o. ciclos.

FC: DOE de 9 de outubro de 1959.

Decreto No. 966, de 5 de novembro.

A: Altera a redação de vários dispositivos dos Estatutos da Fundação Universidade de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto No. 296A, de 25 de janeiro de 1957.

FC: DOE de 9 de novembro de 1959.

Decreto No. 973, de 19 de novembro.

A: Fixa critérios para a denominação de unidades escolares estaduais.

FC: DOE de 23 de novembro de 1959.

Decreto No. 975, de 26 de novembro.

A: Dispõe sobre bolsas de estudo e benefícios correlatos.

FC: DOE de 1 de dezembro de 1959.

Ano de 1960 – Governo HERIBERTO HÜLSE

Lei No. 2.293, de 27 de fevereiro.

A: Expede o Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 21 de março de 1960.

Lei No. 2.538, de 28 de novembro.

A: Estabelece a lotação de cargos na Secretaria de Educa-

ção e Cultura, cria e extingue cargos e determina enquadramento de pessoal.

FC:DOE de 5 de dezembro de 1960.

Lei No. 2.550, de 28 de novembro.

A: Cria o Quadro Especial do Magistério e dispõe sobre o mesmo.

FC:DOE de 13 de dezembro de 1960.

Lei No. 2.590, de 28 de dezembro.

A: Institui os avanços trienais de vencimentos aos membros do magistério.

FC:DOE de 31 de dezembro de 1960.

Lei No. 2.611, de 28 de dezembro.

A: Dá nova redação a diversos dispositivos da Lei No. 1.292, de 17 de maio de 1955, que criou a carreira de Professor Secundário.

FC:DOE de 30 de dezembro de 1960.

Decreto No. 1.170, de 31 de outubro.

A: Expede o Regulamento para os concursos de remoção e ingresso de membros do magistério primário.

FC:DOE de 21 de novembro de 1960.

Decreto No. 1.181, de 10 de novembro.

A: Dispõe sobre as Regiões Escolares de Blumenau e Criciúma.

FC:DOE de 18 de novembro de 1960.

Ano de 1961 – Governo CELSO RAMOS

Lei No. 2.942, de 9 de dezembro.

A: Dispõe sobre professores substitutos.

FC:DOE de 22 de dezembro de 1961.

Lei No. 2.975, de 18 de dezembro.

A: Dispõe sobre Educação e Cultura, notadamente sobre a estrutura técnica e administrativa da Secretaria de Educação e Cultura.

FC:DOE de 19 de dezembro de 1961.

Lei No. 3.000, de 22 de dezembro.

A: Dispõe sobre auxílios e subvenções do Estado a instituições de caráter privado ou semi-oficiais.

FC:DOE de 3 de janeiro de 1962.

Decreto No. SE-15.02.1961/13.

A: Dispõe sobre a consolidação das leis do ensino de Santa Catarina e designa Comissão para organizá-la.
FC: DOE de 16 de fevereiro de 1961.

Decreto No. SE-07.04.1961/65

A: Cria Congregações de Professores das Escolas Normais das cidades de Lages, Blumenau e Mafra.

FC: DOE de 17 de abril de 1961.

Decreto No. SE-25.04.1961/82

A: Dispõe sobre o expediente de funcionário-estudante.
FC: DOE de 26 de abril de 1961.

Decreto No. SE-29.09.1961/515

A: Dispõe sobre o enquadramento de professores diaristas como mensalistas e fixa a Tabela Numérica de Mensalistas da Secretaria de Educação e Cultura.

FC: DOE de 29 de setembro de 1961.

Decreto No. SE-31.10.1961/643 (§)

A: Cria o Curso de Regentes de Educação Física.
FC: DOE de 7 de novembro de 1961.

Decreto No. SE-04.11.1961/560 (§)

A: Antecipa época de exames vagos em Cursos Normais Regionais.

FC: DOE de 10 de novembro de 1961.

Decreto No. SE-17.11.1961/705

A: Dispõe sobre a concessão de bolsas escolares.
FC: DOE de 23 de novembro de 1961.

Ano de 1962 – Governo CELSO RAMOS

Lei No. 3.030, de 15 de maio.

A: Dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação.
FC: DOE de 15 de maio de 1962.

Lei No. 3.122, de 18 de setembro.

A: Institui o regime de cotas de produção para a inspeção escolar.

§ – Parece ter havido um engano na numeração destes Decretos, pois, segundo se pode ver, o de número menor (560) foi baixado posteriormente ao de número maior (643). – Nota do Autor.

FC: DOE de 1 de outubro de 1962.

Decreto No. SE-08.02.1962/990

A: Estabelece a divisão do Estado em Inspetorias Regionais de Educação.

FC: DOE de 15 de fevereiro de 1962.

Decreto No. SE-22.03.1962/1.159

A: Dispõe sobre servidores braçais para as Escolas Reunidas e estabelece verba para a merenda escolar.

FC: DOE de 1 de junho de 1962.

Decreto No. SE-04.04.1962/1.201

A: Dispõe sobre a Lei No. 2.975, de 18 de dezembro de 1961, regulando a licença sem vencimentos ao pessoal do magistério.

FC: DOE de 17 de abril de 1962.

Decreto No. SE-09.04.1962/1.250

A: Cria a escola Primária de Aplicação do Instituto de Educação DIAS VELHO e dispõe sobre a mesma.

FC: DOE de 25 de abril de 1962.

Decreto No. SE-25.05.1962/1.432

A: Estabelece a divisão do Estado em zonas, para a inspeção e a orientação da Educação Física.

FC: DOE de 11 de junho de 1962.

Decreto No. SE-25.05.1962/1457

A: Regula a concessão de auxílios e subvenções de que trata a Lei No. 3.000, de 22 de dezembro de 1961.

FC: DOE de 6 de junho de 1962.

Decreto No. SE-03.07.1962/1.672

A: Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.

FC: DOE de 4 de julho de 1962.

Decreto No. SE-22.08.1962/1.895

A: Dispõe sobre ensino primário para os filhos dos empregados de empresas industriais, comerciais e agrícolas.

FC: DOE de 3 de setembro de 1962.

Decreto No. SE-18.09.1962/1.980

A: Dispõe sobre o pagamento de bolsas escolares.

FC: DOE de 3 de outubro de 1962.

Decreto No. SE-22.11.1962/2.190

A: Fixa as cotas de produção dos Inspetores Escolares.
FC: DOE de 10 de janeiro de 1963.

Decreto No. SE-22.11.1962/2.191

A: Dispõe sobre a concessão de bolsas escolares.
FC: DOE de 3 de dezembro de 1962.

Decreto No. SE-05.12.1962/2.247

A: Regulamenta o art. 80, da Lei No. 2.293, de 27 de fevereiro de 1960, e artigos 49, letra d, 51 e 52, da Lei No. 2.975, de 18 de dezembro de 1961. Estes dispositivos concedem favores aos membros do magistério que forem fazer estudos ou cursos de especialização fora do Estado.

FC: DOE de 17 de dezembro de 1962.

Decreto No. SE-05.12.1962/2.248

A: Regulamenta o processo de majoração, renovação e novos contratos de aluguéis de prédios escolares.

FC: DOE de 11 de dezembro de 1962.

Ano de 1963 – Governo CELSO RAMOS

Lei No. 3.237, de 28 de junho.

A: Dispõe sobre concurso público para o provimento das cátedras de ensino médio e modifica e cria cargos no Quadro Geral do Estado.

FC: DOE de 17 de julho de 1963.

Lei No. 3.325, de 31 de outubro.

A: Dispõe sobre o magistério primário.

FC: DOE de 31 de outubro de 1963.

Lei No. 3.341, de 16 de novembro.

A: Dispõe sobre concurso para provimento de cargos de Inspetor Escolar e modifica e cria cargos no Quadro Geral do Estado.

FC: DOE de 29 de novembro de 1963.

Lei No. 3.349, de 10 de dezembro.

A: Dispõe sobre a inscrição ao concurso público de provimento dos cargos de Lente Catedrático, do Quadro Geral do Estado, no tocante ao limite de idade dos candidatos.

FC: DOE de 7 de janeiro de 1964.

Lei No. 3.351, de 23 de dezembro.

A: Cria o Curso Normal de Educação Física e dispõe sobre o mesmo.

FC: DOE de 27 de dezembro de 1963.

Lei No. 3.386, de 23 de dezembro.

A: Dispõe sobre renovação de Convênios Escolares, para fim de ministração de ensino gratuito.

FC: DOE de 27 de dezembro de 1963.

Lei No. 3.398, de 23 de dezembro.

A: Dispõe sobre o magistério primário particular.

FC: DOE de 27 de dezembro de 1963.

Lei No. 3.399, de 27 de dezembro.

A: Dispõe sobre Cursos Intensivos de Aperfeiçoamento de Professores efetivos não titulados, confere título e dá outras providências.

FC: DOE de 31 de dezembro de 1963.

Lei No. 3.401, de 27 de dezembro.

A: Dispõe sobre a acumulação de cargos de magistério em estabelecimentos oficiais de ensino médio.

FC: DOE de 31 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-09.01.1963/30

A: Dispõe sobre horários em estabelecimentos oficiais de ensino.

FC: DOE de 15 de janeiro de 1963.

Decreto No. SE-13.02.1963/104

A: Dispõe sobre os currículos de estabelecimentos de ensino secundário de primeiro e segundo ciclos.

FC: DOE de 28 de fevereiro de 1963.

Decreto No. SE-22.02.1963/105

A: Dispõe sobre a organização do Ensino Normal no Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 22 de fevereiro de 1963.

Decreto No. SE-22.02.1963/106

A: Dispõe sobre a adaptação de estudos nos estabelecimentos de ensino secundário.

FC: DOE de 27 de fevereiro de 1963.

Decreto No. SE-04.04.1963/176

A: Cria a Comissão Estadual de Ensino Primário pelas

Empresas e dá outras providências.

FC:DOE de 18 de abril de 1963.

Decreto No. SE-27.07.1963/484

A: Altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.

FC:DOE de 8 de agosto de 1963.

Decreto No. SE-14.08.1963/540

A: Dispõe sobre a criação de escolas primárias, a transferência destas para o Estado e dá outras providências.

FC:DOE de 16 de agosto e de 27 de setembro de 1963.

Decreto No. SE-14.08.1963/546

A: Dispõe sobre a manutenção de Centros de Iniciação Profissional e Cursos de Alfabetização de Adolescentes e Adultos.

FC:DOE de 16 de agosto e de 26 de setembro de 1963.

Decreto No. SE-14.08.1963/548

A: Dispõe sobre Concurso de Remoção de Regentes de Ensino Primário, com lotação ânua em Grupo Escolar.

FC:DOE de 16 de agosto e de 27 de setembro de 1963.

Decreto No. SE-14.08.1963/561

A: Institui modelo especial de remoção de membro do magistério, a pedido e por permuta, disciplina a sua concessão e dá outras providências.

FC:DOE de 27 de setembro de 1963.

Decreto No. SE-14.08.1963/563

A: Expede o Regulamento provisório da Faculdade de Educação, órgão integrante do Instituto Estadual de Educação.

FC:DOE de 19 de agosto de 1963.

Decreto No. SE-26.09.1963/712

A: Aprova o Regulamento do ensino primário do Estado de Santa Catarina.

FC:DOE de 15 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-27.09.1963/715

A: Adota normas para admissão, a título precário, mediante contrato, de professores para a Faculdade Estadual de Educação.

FC:DOE de 3 de outubro de 1963.

Decreto No. SE-01.10.1963/753

A: Expede o Regulamento para os concursos de remoção, ingresso e reingresso de Inspetores Escolares, Diretores de Grupos Escolares e Professores Primários.

FC: DOE de 8 de outubro de 1963.

Decreto No. SE-07.10.1963/772

A: Expede o Regulamento para os concursos públicos de provimento dos cargos de Lente Catedrático, do Quadro Geral do Estado.

FC: DOE de 15 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-07.10.1963/773

A: Dispõe sobre a avaliação do rendimento escolar nos estabelecimentos de ensino primário.

FC: DOE de 16 de outubro de 1963.

Decreto No. SE-16.11.1963/1.032

A: Dispõe sobre registro de diploma e certificado de conclusão de cursos.

FC: DOE de 12 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-14.12.1963/1.086

A: Dá nova redação ao art. 3º, do Decreto No. SE-07.10.1963/772, que expediu o Regulamento para os concursos públicos de provimento dos cargos de Lente Catedrático, do Quadro Geral do Estado.

FC: DOE de 26 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-14.12.1963/1.089

A: Aprova o Regimento Interno do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE).

FC: DOE de 19 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-14.12.1963/1.090

A: Estabelece normas sobre o Arquivo Escolar.

FC: DOE de 19 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-14.12.1963/1.092

A: Regulamenta o art. 183, da Lei No. 3.191, de 8 de maio de 1963, que dispõe sobre o magistério de grau primário.

FC: DOE de 19 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-14.12.1963/1.094

A: Expede o Regulamento para o registro de estabeleci-

mentos particulares de ensino primário e de professores particulares de curso primário.

FC: DOE de 19 de dezembro de 1963.

Decreto No. SE-17.12.1963/1.110

A: Dispõe sobre exame de admissão aos estabelecimentos de ensino de nível médio, do primeiro ciclo.

FC: DOE de 19 de dezembro de 1963.

Ano de 1964 – Governo CELSO RAMOS

Lei No. 3530, de 16 de outubro.

A: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a constituir uma Fundação Educacional, que se denominará Fundação Escola Superior de Administração e Gerência – (FESAG).

FC: DOE de 24 de outubro de 1964.

Decreto No. SE-03.01.1964/1.216

A: Dispõe sobre exame de suficiência para exercício no magistério primário, a que se refere o art. 147, da Lei No. 3.191, de 8 de maio de 1963.

FC: DOE de 7 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE-10.01.1964/1.225

A: Dispõe sobre a indicação e as incumbências do Auxiliar de Diretor e do Orientador das Associações Escolares.

FC: DOE de 13 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE-10.01.1964/1.228

A: Regulamenta o art. 53, da Lei No. 3.191, de 8 de maio de 1963, que dispõe sobre estudos, pelos professores, de assuntos atinentes ao ensino.

FC: DOE de 13 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE-16.01.1964/1.235

A: Dispõe sobre a matrícula no ano letivo de 1964.

FC: DOE de 17 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE-16.01.1964/1.236

A: Dispõe sobre a matrícula nos estabelecimentos de ensino médio.

FC: DOE de 17 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE.28.01.1964/1.280

A: Dispõe sobre a estrutura técnico-administrativa do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), da Faculdade de Educação.

FC: DOE de 30 de janeiro de 1964.

Decreto No. SE-26.02.1964/1.336

A: Regulamenta a vinculação dos professores do Curso de Pedagogia da Faculdade Estadual de Educação.

FC: DOE de 28 de fevereiro de 1964.

Decreto No. SE-26.02.1964/1.337

A: Dispõe sobre os Cursos Primários Complementares.

FC: DOE de 28 de fevereiro de 1964.

Decreto No. SE-07.03.1964/1.362

A: Aprova o Regulamento da Orientação, Inspeção e Prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 1 de abril de 1964.

Decreto No. SE-13.03.1964/1.365

A: Aprova normas sobre autorização para funcionamento e reconhecimento de estabelecimento de ensino médio.

FC: DOE de 30 de março de 1964.

Decreto No. SE-14.04.1964/1427

A: Expede o Regulamento para os Estabelecimentos Especiais de Ensino Isolado.

FC: DOE de 17 de abril de 1964.

Decreto No. SE-06.05.1964/1457

A: Dispõe sobre o aproveitamento de professores supervisores na orientação do ensino primário em 1964.

FC: DOE de 15 de maio de 1964.

Decreto No. SE-08.05.1964/1.468

A: Aprova o Regimento e os Programas para o Curso Normal da Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 8 de junho de 1964.

Decreto No. SE-13.05.1964/1.488

A: Aprova o Regimento da classe especial da criança deficiente da audição (surda) e da palavra.

FC: DOE de 21 de maio de 1964.

Decreto No. SE-24.06.1964/1.671

A: Dispõe sobre o Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis, com base na estrutura fixada pela Lei No. 3.191, de 8 de maio de 1963.

FC: DOE de 26 de junho de 1964.

Decreto No. SE-22.07.1964/1.727

A: Expede o Regulamento para os órgãos de execução da Secretaria de Educação e Cultura, subordinados ao Departamento de Educação.

FC: DOE de 29 de julho de 1964.

Decreto No. SE-11.08.1964/1.770

A: Expede o Estatuto para a Associação de Pais e Mestres.

FC: DOE de 14 de agosto de 1964.

Decreto No. SE-18.09.1964/1.910

A: Extingue os cargos de Inspetor Geral do Ensino e de Inspetor das Associações Auxiliares da Escola, em virtude da aposentadoria dos respectivos titulares.

FC: DOE de 5 de outubro de 1964.

Decreto No. SE-01.10.1964/1.981

A: Dispõe sobre o concurso para provimento do cargo de Diretor de Grupo Escolar.

FC: DOE de 5 de outubro de 1964.

Decreto No. SE-14.10.1964/2.032

A: Adota, a título precário, o Estatuto do Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis.

FC: DOE de 23 de outubro de 1964.

Decreto No. SE-02.12.1964/2.266

A: Aprova o Regulamento dos Cursos Técnicos Industriais de nível médio.

FC: DOE de 9 de dezembro de 1964.

Ano de 1965 – Governo CELSO RAMOS

Decreto No. SE-26.01.1965/2.471

A: Dispõe sobre matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino de nível médio (Instituto de Educação, Colégios Normais e Ginásios).

FC: DOE de 28 de janeiro de 1965.

Decreto No. SE-31.01.1965/2.490

A: Aprova o Estatuto da Fundação Escola Superior de Administração e Gerência (FESAG).

FC: DOE de 9 de fevereiro de 1965.

Decreto No. SE-23.02.1965/2.528

A: Dispõe sobre contribuições dos associados das Caixas

Escolares dos estabelecimentos estaduais de ensino primário.

FC: DOE de 10 de março de 1965.

— *Decreto No. SE-03.05.1965/2.729*

A: Cria as cadeiras de Técnicas Comerciais e Organização Social e Política Brasileira no currículo do Colégio Normal BARÃO DE ANTONINA, da cidade de Mafra, referente ao Curso Ginásial.

FC: DOE de 14 de maio de 1965.

Decreto No. SE-20.05.1965/2.802

A: Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina; outorga-lhe o encargo de constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Faculdade de Agronomia de Lages, a Faculdade de Veterinária e dá outras providências.

FC: DOE de 4 de julho de 1965.

Decreto No. SE-31.07.1965/2.986

A: Dispõe sobre o Conselho Técnico e a Reitoria do Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis.

FC: DOE de 10 de agosto de 1965.

Decreto No. SE-10.11.1965/3.354

A: Aprova o Estatuto da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC).

FC: DOE de 2 de dezembro de 1965.

Ano de 1966 — Governo IVO SILVEIRA

Lei No. 3.847, de 24 de junho.

A: Dá nova redação ao parágrafo 1º, do art. 2º, da Lei No. 3341, de 16 de novembro de 1963, que dispõe sobre o concurso de ingresso ao cargo de Inspetor Escolar. Revoga, ainda, a alínea c, do parágrafo referido.

FC: DOE de 15 de julho de 1966.

Lei No. 3.859, de 8 de julho.

A: Atribui cotas de produção a Inspetores de Ensino.

FC: DOE de 15 de julho de 1966.

Lei No. 3862, de 8 de julho.

A: Extingue a Fundação Escola Superior de Administração

e Gerência (FESAG).

FC: DOE de 15 de julho de 1966.

Lei No. 3.870, de 11 de julho.

A: Dispõe sobre a preferência para provimento de cargos e funções aos egressos dos cursos superiores de Pedagogia.

FC: DOE de 19 de julho de 1966.

Lei No. 3.923, de 16 de dezembro.

A: Modifica disposições da Lei No. 2.942, de 9 de dezembro de 1961, que versa sobre professores substitutos em estabelecimentos de ensino primário.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1966.

Decreto No. SE-16.02.1966/3.381

A: Expede o Estatuto do Magistério da Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 25 de fevereiro de 1966.

Decreto No. SE-21.07.1966/4.374

A: Aprova currículos de ensino médio do Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis.

FC: DOE de 11 de agosto de 1966.

Ano de 1967 – Governo IVO SILVEIRA

Lei No. 4.002, de 17 de julho.

A: Modifica dispositivos das Leis No. 3.859, de 8 de julho de 1966, e No. 3.122, de 18 de setembro de 1962, que versam sobre cotas de produção aos Inspectores de Ensino.

FC: DOE de 25 de julho de 1967.

Lei No. 4.086, de 4 de dezembro.

A: Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura.

FC: DOE de 19 de dezembro de 1967.

Decreto No. SE-09.01.1967/5.074 (§)

A: Regulamenta a Lei No. 3.870, de 11 de julho de 1966, que dispõe sobre os egressos dos Cursos Superiores de Pedagogia.

FC: DOE de 18 de janeiro de 1967.

§ – Estes Decretos, consideradas as datas em que foram baixados, estão com a ordem de numeração errada, mas, nesta ordem, foram publicados. – Nota do Autor.

Decreto No. SE-22.02.1967/5.072 (§)

A: Expede o Regulamento para o concurso de ingresso de Técnicos de Educação, no ramo da educação primária.

FC: DOE de 1 de março de 1967.

Decreto No. SE-27.03.1967/5.151

A: Dispõe sobre o Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação em Santa Catarina.

FC: DOE de 3 de abril de 1967.

Decreto No. SE-15.05.1967/5.312

A: Altera dispositivos do Regulamento para o concurso de ingresso no cargo de Técnico de Educação, a que se refere o Decreto No. SE-22.02.1967/5.072.

FC: DOE de 16 de maio de 1967.

Decreto No. SE-08.06.1967/5.451

A: Estabelece novas instruções para a avaliação do rendimento escolar no ensino primário.

FC: DOE de 9 de junho de 1967 e de 19 de janeiro de 1968.

Decreto No. SE-06.10.1967/5.905

A: Fixa normas para a realização de concursos de ingresso de Professor Normalista e Regente de Ensino Primário.

FC: DOE de 13 de outubro de 1967.

Ano de 1968 – Governo IVO SILVEIRA

Lei No. 4.156, de 6 de maio.

A: Institui a Fundação Catarinense de Educação Especial.

FC: DOE de 14 de maio e de 10 de julho de 1968.

Lei No. 4.256, de 23 de dezembro.

A: Modifica o sistema de ingresso de Professores Primários, instituindo o estágio probatório.

FC: DOE de 28 de dezembro de 1968.

Decreto No. SE-19.01.1968/6.247

A: Destaca dotação orçamentária destinada a subvencionar o curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia Industrial da Universidade de Santa Catarina.

FC: DOE de 29 de janeiro de 1968.

Decreto No. SE-08.02.1968/6.452

A: Desvincula o Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO da Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 8 de fevereiro de 1968.

Decreto No. SE-20.06.1968/6.843

A: Autoriza a instalação e o funcionamento das Cooperativas Escolares.

FC: DOE de 8 de julho de 1968.

Decreto No. SE-25.07.1968/7.023

A: Constitui Comissão de Estudos e os Grupos de Trabalho que especifica, para a elaboração do projeto do Plano Estadual de Educação e da reforma administrativa da Secretaria de Educação e Cultura.

FC: DOE de 31 de julho de 1968.

Decreto No. SE-02.12.1968/7.443

A: Aprova os Estatutos da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

FC: DOE de 12 de dezembro de 1968.

Ano de 1969 – Governo IVO SILVEIRA

Lei No. 4.282, de 10 de fevereiro.

A: Dispõe sobre o Instituto Estadual de Educação DIAS VELHO, de Florianópolis.

FC: DOE de 27 de fevereiro e de 12 de junho de 1969.

Lei No. 4.394, de 20 de novembro.

A: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

FC: DOE de 5 de dezembro de 1969 e de 3 de fevereiro de 1970.

Decreto No. SE-09.01.1969/7.644

A: Expede o Regulamento para o concurso de ingresso aos cargos de Professor Normalista, Professor de Educação Física, Regente de Ensino Primário e Regente de Educação Física.

FC: DOE de 24 de janeiro de 1969.

Decreto No. SE-21.01.1969/7.655

A: Expede o Regulamento para os concursos públicos de provimento dos cargos de Professor de 1º. e 2º. ciclos do Ensino Médio.

FC: DOE de 28 de janeiro de 1969.

Decreto No. SE-10.04.1969/7.778

A: Aprova o Estatuto da Universidade para o Desenvolvi-

mento do Estado de Santa Catarina (UDESC).

FC: DOE de 2 de maio de 1969.

Decreto No. SE-10.04.1969/7.779

A: Aprova o Estatuto do Magistério da Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 2 de maio de 1969.

Decreto No. SE-10.04.1969/7.781

A: Aprova o Estatuto da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC).

FC: DOE de 29 de abril de 1969.

Decreto No. SE-12.08.1969/8.244

A: Dispõe sobre bolsas escolares mantidas com recursos federais (Acordo MEC-SEC).

FC: DOE de 21 de agosto de 1969.

Decreto No. SE-29.10.1969/8.536

A: Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar nos estabelecimentos de ensino primário.

FC: DOE de 5 de novembro de 1969.

Decreto No. SS-25.11.1969/8.669

A: Institui, no primeiro ano do curso primário das escolas estaduais, a prova tuberculínica **Standard** de todos os alunos.

FC: DOE de 4 de dezembro de 1969.

Decreto No. SE-31.12.1969/8.828

A: Aprova o Plano Estadual de Educação.

FC: DOE de 25 de junho de 1970.

Decreto No. SE-31.12.1969/8.840A

A: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura.

FC: DOE de 4 de fevereiro de 1970.

Ano de 1970 – Governo IVO SILVEIRA

Decreto No. SE-16.01.1970/8.860

A: Dispõe sobre bolsas escolares.

FC: DOE de 30 de janeiro de 1970.

Decreto No. SE-04.06.1970/9.150

A: Regulamenta o Decreto No. SE-31.12.1969/8.840A, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria

- ria de Educação e Cultura.
FC: DOE de 14 de agosto de 1970.
Decreto No. SE-18.06.1970/9.189
A: Aprova normas sobre autorização para funcionamento e reconhecimento de estabelecimento de ensino de ciclo básico de 5º, ao 8º, grau e de ensino médio.
FC: DOE de 2 de julho de 1970.
Decreto No. SE-16.07.1970/9.344
A: Dispõe sobre as Atividades Complementares nos estabelecimentos de ensino do Ciclo Básico.
FC: DOE de 28 de julho de 1970.
Decreto No. SE-21.07.1970/9.365
A: Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação.
FC: DOE de 27 de agosto de 1970.
Decreto No. SE-29.09.1970/9.767
A: Regulamenta o art. 16, da Lei No. 4.394, de 20 de novembro de 1969, que dispõe sobre exames de madureza.
FC: DOE de 14 de outubro de 1970.
Decreto No. SE-04.12.1970/10.092
A: Regulamenta a remoção através de concurso de professores de Ciclo Básico I (normalistas e de educação física), regentes de ensino primário e regentes de educação física.
FC: DOE de 18 de dezembro de 1970.

- Ano de 1971** – **Governo IVO SILVEIRA** (até 15 de março)
Governo COLOMBO MACHADO SALLES (a partir de 15 de março)
Lei No. 4.548, de 6 de janeiro.
A: Altera disposições da Lei No. 4.441, de 21 de maio de 1970, que dispõe sobre incorporação de vantagens previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos e dá outras providências.
FC: DOE de 20 de janeiro de 1971.
Lei No. 4.656, de 26 de novembro.
A: Transfere a Fundação Educacional de Santa Catarina

da Secretaria do Desenvolvimento Econômico para a Secretaria da Educação.

FC: DOE de 17 de dezembro de 1971.

Decreto No. SEE-18.04.1971/37

A: Dispõe sobre bolsas escolares.

FC: DOE de 27 de abril de 1971.

Ano de 1972 – Governo COLOMBO MACHADO SALLES

Lei No. 4.794, de 6 de novembro.

A: Institui o Fundo de Estímulo e Apoio à Educação em Santa Catarina (FEAES).

FC: DOE de 28 de novembro de 1972.

Decreto No. SEE-29.02.1972/59

A: Institui a Comissão Estadual do Salário-Educação.

FC: DOE de 2 de março de 1972.

Decreto No. SEE-25.04.1972/218 (§)

A: Estabelece as entidades que deverão integrar, como representantes, a Comissão destinada a estudar a aplicação da obrigação relativa à contribuição do Salário-Educação.

FC: DOE de 5 de maio de 1972.

Ano de 1973 – Governo COLOMBO MACHADO SALLES

Lei No. 4.886, de 4 de julho.

A: Regulamenta o art. 122, da Constituição do Estado, na parte referente ao exercício do Magistério, para a regência de aulas das 5as., 6as., 7as. e 8as. séries do 1º. grau e para as de 2º. grau.

FC: DOE de 1 de agosto de 1973.

Decreto No. SEE-11.05.1973/202 (§)

A: Regulamenta o Fundo de Estímulo e Apoio à Educação em Santa Catarina (FEAES), criado pela Lei No. 4.794, de 6 de novembro de 1972.

FC: DOE de 16 de maio de 1973.

§ – Observa-se, aqui, novo lapso, na numeração destes Decretos: o de número menor tem data posterior ao de número maior. – Nota do Autor.

Decreto No. SEE-10.07.1973/375

A: Dispõe sobre a concessão de Bolsas Escolares.

FC: DOE de 20 de julho de 1973.

Decreto No. SEE-05.09.1973/576

A: Regulamenta a concessão de gratificação de exercício de Magistério aos Supervisores e Professores dos Cursos de Educação Integral e aos Professores de ensino de excepcionais.

FC: DOE de 18 de setembro de 1973.

Decreto No. SEE-12.12.1973/1.118

A: Cria o Banco do Livro nas Escolas de 1º. grau do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1973.

Portaria No. SEE/02, de 6 de fevereiro.

A: Dispõe sobre os Cursos de Ensino Supletivo em nível de 1º. grau, pelo Rádio e pela Televisão.

FC: DOE de 16 de março de 1973.

Ano de 1974 – Governo COLOMBO MACHADO SALLES

Decreto No. SEE-14.01.1974/5

A: Institui, na Secretaria da Educação, Coordenadoria Especial para assuntos de Educação Moral e Cívica.

FC: DOE de 21 de janeiro de 1974.

Decreto No. SEE-08.02.1974/104

A: Dispõe sobre o funcionamento da Escola Modelo de Florianópolis.

FC: DOE de 27 de fevereiro de 1974.

Decreto No. SEE-19.02.1974/133

A: Aprova normas sobre autorização para funcionamento e reconhecimento de estabelecimento para expansão de ensino de 1º. e 2º. graus.

FC: DOE de 27 de fevereiro de 1974.

Decreto No. E-SEE-31.05.1974/589

A: Cria, na Secretaria da Educação, o Setor de Assistência ao Educando (S.A.E.).

FC: DOE de 6 de junho de 1974.

Decreto No. E-SEE-07.06.1974/635

A: Aprova contrato entre o Estado de Santa Catarina e a

DATAMEC S.A. (Engenharia de Sistemas e Processamento de Dados), para prestação de serviços na área dos Exames Supletivos.

FC:DOE de 18 de junho de 1974.

Decreto No. E-SEE-06.07.1974/798

A: Institui o Programa de Integração Estado-Municípios e aprova normas para a municipalização de encargos e serviços de Educação de 1º. grau.

FC:DOE de 24 de julho de 1974.

Decreto No. SEE-12.08.1974/981

A: Cria projetos que discrimina e os atribui ao Orçamento do Fundo de Estímulo e Apoio à Educação em Santa Catarina (FEAES), aprovado pelo Decreto No. SEE-06.03.1974/183.

FC:DOE de 20 de agosto de 1974.

Decreto No. SEE-13.08.1974/987

A: Fixa em Cr\$ 4,00 por aluno examinado, o quantum a ser pago aos médicos designados pela Secretaria da Educação, para procederem a exames clínicos nos Estabelecimentos de ensino da Rede Estadual.

FC:DOE de 20 de agosto de 1974.

Decreto No. SEE-10.10.1974/1.368

A: Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação.

FC:DOE de 15 de outubro de 1974.

Decreto No. SEE-24.10.1974/1.420

A: Aprova as modificações dos currículos dos Cursos de Técnico Redator Auxiliar, Técnico em Turismo e Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis.

FC:DOE de 30 de outubro de 1974.

Decreto No. SEE-24.10.1974/1.433

A: Aprova o Regulamento para a prática da Educação Física.

FC:DOE de 7 de novembro de 1974.

Portaria E/N 033-SEE, de 25 de abril.

A: Constitui o Serviço de Orientação Educacional da Diretoria de Ensino Básico da Secretaria de Educação.

- FC: DOE de 21 de maio de 1974.
Portaria N/004—SEE, de 30 de abril.
A: Regulamenta a Portaria No. N/n 4, de 9 de abril de 1973, que cria a Coordenação Estadual do Livro Didático.
DOE de 28 de maio de 1974.
Portaria N/005—SEE, de 6 de maio.
A: Regulamenta a Resolução No. 04/74, do Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre Exames Supletivos.
FC: DOE de 26 de junho de 1974.
Portaria P/N 006—SEE, de 15 de maio.
A: Fixa normas quanto ao funcionamento de cursos e séries não autorizados de 1º. grau.
FC: DOE de 29 de maio de 1974.

- Ano de 1975 — Governo COLOMBO MACHADO SALLES** (até 15 de março)
Governo ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (a partir de 15 de março)
Lei No. 5.089, de 30 de abril.
A: Dispõe sobre a organização estadual, estabelece diretrizes para modernização administrativa e dá outras providências.
FC: DOE de 15 de maio de 1975
Lei No. 5.103, de 26 de junho.
A: Cria a Secretaria Geral do Conselho Estadual de Educação, seus cargos e define suas atribuições.
FC: DOE de 02 de julho de 1975.
Lei No. 5.104, de 26 de junho.
A: Modifica a estrutura do Grupo Ocupacional Educacional, previsto na Lei No. 4.441, de 21 de maio de 1970.
FC: DOE de 02 de julho de 1975.
Lei No. 5.111, de 26 de junho.
A: Dispõe sobre o aumento de vencimentos, criação e extinção de cargos e dá outras providências.
FC: DOE de 01 de julho de 1975.
Lei No. 5.114, de 26 de junho.
A: Cria cargos no Grupo Ocupacional Educacional do

Quadro Geral do Poder Executivo, e dá outras provisões.

FC: DOE de 14 de julho de 1975.

Lei No. 5.205, de 28 de novembro.

A: Estatuto do Magistério Público de Santa Catarina.

FC: DOE de 23 de janeiro de 1976.

Decreto No. 03 – SEE – de 16 de janeiro.

A: Homologa a Resolução No. 19/74 da Fundação Educacional de Santa Catarina, que cria cargos naquela Fundação e no Conjunto Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 17 de janeiro de 1975.

Decreto No. 29 – SEE – de 30 de janeiro.

A: Cria na Secretaria de Educação o Setor de Currículo e dá outras providências.

FC: DOE de 04 de fevereiro de 1975.

Decreto No. 77 – SEE – de 24 de fevereiro.

A: Aprova a Resolução No. 04/75 da Fundação Educacional de Santa Catarina, dispondo sobre (elevação de níveis) o respectivo pessoal e que a este acompanha.

FC: DOE de 25 de fevereiro de 1975.

Decreto No. 83 – SEE – de 25 de fevereiro.

A: Cria na Secretaria da Educação o Setor Integração Estado-Municípios.

FC: DOE de 03 de março de 1975.

Decreto No. 365 – SEE – de 03 de junho.

A: Considera indispensáveis ao funcionamento das Escolas Públicas Estaduais de 1º. e 2º. graus, os atos administrativos praticados pelo Secretário da Educação.

FC: DOE de 09 de junho de 1975.

Decreto No. 403, de 06 de junho.

A: Dispõe sobre a estrutura Organizacional Básica da Secretaria da Educação.

FC: DOE de 10 de junho de 1975.

Decreto No. 1.179 – GGE – de 20 de outubro.

A: Determina a realização de concursos na área da Secretaria da Educação.

FC: DOE de 22 de outubro de 1975.

Decreto No. 1.467 – SEE – de 09 de dezembro.

A: Regulamenta a concessão de gratificação de magistério aos supervisores, professores e monitores de Cursos Supletivos.

FC: DOE de 10 de dezembro de 1975.

Ano de 1976 – Governo ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Lei No. 5.253, de 27 de setembro.

A: Cria cargo em comissão (Coordenador Estadual de Educação Moral e Cívica) no Quadro Geral do Poder Executivo.

FC: DOE de 19 de outubro de 1976.

Lei No. 5.290, de 30 de novembro.

A: Considera especial o cargo em comissão de Coordenador do Fundo de Estímulo e Apoio à Educação, transforma cargo e dá outras providências.

FC: DOE de 15 de dezembro de 1976.

Lei No. 5.294, de 30 de novembro.

A: Altera os artigos 4º, da Lei No. 4.886, de 04 de julho de 1973, e 11, da Lei No. 4.983, de 10 de dezembro de 1973.

FC: DOE de 15 de dezembro de 1976.

Decreto No. 271, de 22 de março.

A: Estabelece normas para substituição de Professores de 1ª. a 4ª. série do 1º. grau e aprova tabela de vencimentos.

FC: DOE de 23 de março de 1976.

Decreto No. 272, de 22 de março.

A: Transforma a Divisão de Educação Física do Departamento de Ensino da Secretaria da Educação, em Departamento de Educação Física e Desportos – DED/SC – e dá outras providências.

FC: DOE de 23 de março de 1976.

Decreto No. 324, de 26 de março.

A: Cria Coordenadorias de Educação e dá nova distribuição às Coordenadorias Locais de Educação, modificando o artigo 132, do Decreto SE – 9.150, de 04 de junho de 1970.

FC: DOE de 26 de março de 1976.

Decreto No. 567, de 28 de abril.

A: Disciplina a designação de pessoal de Apoio Técnico Pedagógico, nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino.

FC: DOE de 05 de maio de 1976.

Decreto No. 569, de 29 de abril.

A: Enquadra na Carreira do Magistério, os Titulares de cargos efetivos da estrutura anterior à vigência da Lei No. 5.205, de 28 de novembro de 1975.

FC: DOE de 03 de maio de 1976.

Decreto No. 703, de 18 de maio.

A: Suspende Atos que impliquem em movimentação de Professores.

FC: DOE de 24 de maio de 1976.

Decreto No. 964, de 25 de junho.

A: Altera o art. 1º, do Decreto No. 1.253, de 28.12.73, que atribui gratificação a título de vantagem horizontal a funcionários da Secretaria da Educação.

FC: DOE de 30 de junho de 1976..

Decreto No. 1.004, de 05 de julho.

A: Altera tabelas de vencimento anexas ao Decreto No. 271, de 22 de março de 1976.

FC: DOE de 05 de julho de 1976.

Decreto No. 1.118, de 29 de julho.

A: Delega competência ao Secretário da Educação para lavrar e firmar contratos de trabalho do pessoal da respectiva área, pelo regime da CLT.

FC: DOE de 30 de julho de 1976.

Decreto No. 1.224, de 17 de agosto.

A: Cria Quadro Especial de Pessoal da Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 17 de agosto de 1976.

Decreto No. 1.331, de 02 de setembro.

A: Fixa gratificação aos Professores dos Centros de Iniciação Profissional.

FC: DOE de 08 de setembro de 1976.

Decreto No. 1.448, de 15 de setembro.

- A: Aprova Quadro Provisório de Pessoal na Secretaria da Educação.
FC: DOE de 15 de setembro de 1976.
Decreto No. 1.456, de 16 de setembro.
- A: Dispõe sobre a admissão de pessoal, a qualquer título, nos órgãos da administração direta, nas entidades da administração indireta e nas fundações instituídas pelo Estado e dá outras providências.
FC: DOE de 16 de setembro de 1976.
Decreto No. 1.511, de 27 de setembro.
- A: Regulamenta a concessão de gratificação de exercício de Magistério aos Supervisores, Professores e Monitores de Cursos Supletivos.
FC: DOE de 28 de setembro de 1976.
Decreto No. 1.550, de 04 de outubro.
- A: Altera Quadro Especial de Pessoal da Fundação Educacional de Santa Catarina.
FC: DOE de 05 de outubro de 1976.
Decreto No. 1.643, de 18 de outubro.
- A: Autoriza concurso na Secretaria da Educação (Remoção, lotação, ingresso, acesso, promoção e aulas excedentes).
FC: DOE de 19 de outubro de 1976.
Decreto No. 1.831, de 22 de novembro.
- A: Homologa a Resolução No. 14/76 do Conselho de Administração da Fundação Educacional de Santa Catarina (Diárias do pessoal da Fundação Educacional de Santa Catarina).
FC: DOE de 26 de novembro de 1976.
Decreto No. 1.858, de 29 de novembro.
- A: Anula o Decreto No. 1.448, de 15 de setembro de 1976.
FC: DOE de 30 de novembro de 1976.
Decreto No. 1.859, de 29 de novembro.
- A: Reformula Quadro Especial de Pessoal da Fundação Educacional de Santa Catarina.
FC: DOE de 30 de novembro de 1976.
Decreto No. 1.861, de 29 de novembro.

A: Fixa diárias dos Coordenadores Locais de Educação.
FC: DOE de 01 de dezembro de 1976.
Decreto No. 1.868, de 29 de novembro .
A: Dispõe sobre a aquisição de Material de Consumo, Equipamentos e Instalações destinados à Fundação Educacional de Santa Catarina, e aquisição pela Secretaria da Educação, de equipamentos, acervo bibliográfico e material permanente contidos em projeto que especifica.

FC DOE de 09 de dezembro de 1976.

Ano de 1977 – Governo ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Lei No. 5.295, de 19 de abril.

A: Altera a Lei No. 5.089, de 30 de abril de 1975,e dá outras providências.

FC: DOE de 29 de abril de 1977.

Lei No. 5.307, de 26 de maio.

A: Cria cargos no Grupo Ocupacional Educacional do Quadro Geral do Poder Executivo e dá outras providências.

FC: DOE de 14 de junho de 1977.

Lei No. 5.328, de 30 de junho.

A: Mantém a Fundação Catarinense de Educação Especial, altera dispositivos da Lei No. 5.089, de 30 de abril de 1975,e dá outras providências.

FC: DOE de 08 de julho de 1977.

Lei No. 5.361, de 27 de outubro.

A: Dispõe sobre o enquadramento na carreira do Magistério Público, altera dispositivo da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,e dá outras providências.

FC: DOE de 21 de novembro de 1977.

Lei No. 5.373, de 21 de novembro.

A: Dispõe sobre a concessão de retribuição financeira a título de vantagem pessoal nominalmente identificável, nos casos que especifica.

FC: DOE de 05 de dezembro de 1977.

Lei No. 5.394, de 30 de novembro.

A: Dispõe sobre a concessão da gratificação pelo exercício

em regime de tempo integral e dedicação exclusiva a titulares de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo da área da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1977.

Lei No. 5.395, de 30 de novembro.

A: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão e sobre a extinção de cargos de provimento efetivo na área da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências.

FC: DOE de 20 de dezembro de 1977.

Decreto No. 2.208, de 28 de janeiro.

A: Fixa normas para o provimento de cargo do Grupo Docente, com atuação nas 5a a 8a. séries do 1o. grau e no 2o. grau, nos estabelecimentos de ensino da rede estadual, regulamenta a Lei No. 5.294, de 30 de novembro de 1976, e disciplina a designação de professores a título precário e em caráter suplementar.

FC: DOE de 28 de janeiro de 1977.

Decreto No. 2.209, de 28 de janeiro.

A: Aprova Resoluções do Conselho Estadual de Educação, fixa o currículo e carga horária para os estabelecimentos do 1o. grau da rede pública estadual, e dá outras providências.

FC: DOE de 28 de janeiro de 1977.

Decreto No. 2.303, de 08 de março.

A: Altera o artigo 7o., do Decreto No. 2.208, de 28 de janeiro de 1977.

FC: DOE de 11 de março de 1977.

Decreto No. 2.610, de 17 de maio.

A: Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências.

FC: DOE de 18 de maio de 1977.

Decreto No. 2.617, de 17 de maio.

A: Remaneja cargos de provimento em comissão das Atividades e Promoções Cívicas e da Coordenação de Assuntos Culturais, da extinta Secretaria do Governo,

para a Secretaria da Educação e Cultura.

FC: DOE de 18 de maio de 1977.

Decreto No. 2.631, de 23 de maio.

A: Aprova estatuto-padrão para as Associações de Pais e Professores.

FC: DOE de 24 de maio de 1977.

Decreto No. 2.709, de 27 de maio.

A: Aprova concessão de Bolsa de Estudos a alunos carentes de recursos, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino particular de 1º. e 2º. grau.

FC: DOE de 01 de junho de 1977.

Decreto No. 2.792, de 10 de junho.

A: Estabelece normas para substituição de 1ª. a 4ª. série do 1º. grau e aprova a Tabela de Vencimentos e dá outras providências.

FC: DOE de 10 de junho de 1977.

Decreto No. 2.959, de 12 de julho.

A: Dispõe sobre a estrutura do Sistema de Pessoal Civil do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 28 de julho de 1977.

Decreto No. 3.133, de 09 de agosto.

A: Aprova o Estatuto da Fundação Catarinense de Educação Especial.

FC: DOE de 11 de agosto de 1977.

Decreto No. 3.300, de 05 de setembro.

A: Dispõe sobre a Transferência do Fundo Contábil da extinta Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente para a Secretaria da Educação e Cultura.

FC: DOE de 09 de setembro de 1977.

Decreto No. 3.402, de 21 de setembro.

A: Suspende atos que impliquem em movimentação de Professores.

FC: DOE de 23 de setembro de 1977.

Decreto No. 3.638, de 26 de outubro.

A: Cria o Centro de Estudos Supletivos, código 07.06.015, no Município de Florianópolis.

FC: DOE de 31 de outubro de 1977.

Decreto No. 3.642, de 26 de outubro.

A: Autoriza a Fundação Catarinense de Educação Especial a adquirir imóvel, para reunir todos os Centros de Desenvolvimento Humano e a Administração Central.

FC: DOE de 01 de novembro de 1977.

Decreto No. 4.038, de 12 de dezembro.

A: Homologa as Resoluções Nos. 53/77 e 54/77 do Conselho Administrativo da Fundação Educacional de Santa Catarina. (Tratam respectivamente da criação de cargos e de alterações no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional de Santa Catarina).

FC: DOE de 14 de dezembro de 1977.

Decreto No. 4.039, de 12 de dezembro.

A: Homologa a Resolução No. 19/77, de 19.07.77 do Conselho de Administração da Fundação Educacional de Santa Catarina. (Aprova a majoração de níveis salariais do pessoal administrativo e altera as funções gratificadas, código FG-01).

FC: DOE de 14 de dezembro de 1977.

Decreto No. 4.276, de 29 de dezembro.

A: Suspende atos que impliquem na movimentação de professores.

FC: DOE de 29 de dezembro de 1977.

Decreto No. 4.304, de 30 de dezembro.

A: Ficam sem efeito, a partir de 31 de dezembro de 1977, as autorizações para freqüentar curso concedidas aos servidores da Secretaria da Educação e Cultura.

FC: DOE de 30 de dezembro de 1977.

Ano de 1978 – Governo ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Lei No. 5.417, de 10 de maio.

A: Reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

FC: DOE de 11 de maio de 1978.

Lei No. 5.419, de 12 de maio.

A: Dispõe sobre a aplicação da Lei No. 5.373, de 01 de

novembro de 1977 no caso que especifica (retribuição financeira).

FC: DOE de 01 de junho de 1978.

Lei No. 5.465, de 30 de junho.

A: Cria, extingue cargos e amplia carreiras no Quadro Geral do Poder Executivo, e dá outras providências. (Cria: Chefe da Divisão de Educação Física nas UCREs, Supervisores Locais de Educação e outros).

FC: DOE de 06 de julho de 1978.

Lei No. 5.476, de 04 de outubro.

A: Cria, na Capital do Estado, o Museu Histórico de Santa Catarina.

FC: DOE de 17 de outubro de 1978.

Lei No. 5.487, de 09 de outubro.

A: Cria a "Casa dos Açores – Museu Etnográfico".

FC: DOE de 24 de outubro de 1978.

Lei No. 5.505, de 28 de novembro.

A: Dispõe sobre a remuneração de servidores da Secretaria da Educação e Cultura nos casos que especifica, altera o Estatuto do Magistério Público e dá outras providências.

FC: DOE de 01 de dezembro de 1978.

Decreto No. 4.351, de 02 de janeiro.

A: Revoga o Artigo 5º, do Decreto No. 104, de 08 de fevereiro de 1974. (Dispõe sobre o funcionamento da Escola-Modelo de Florianópolis).

FC: DOE de 10 de janeiro de 1978.

Decreto No. 4.393, de 25 de janeiro.

A: Cria Comissão para o estabelecimento dos mecanismos operacionais relativos à implantação do ensino religioso nas escolas públicas de 1º. e 2º. graus.

FC: DOE de 26 de janeiro de 1978.

Decreto No. 4.415, de 09 de fevereiro.

A: Institui regime de trabalho para o membro do magistério estadual e para professor de aulas excedentes e dá outras providências.

FC: DOE de 15 de fevereiro de 1978.

Decreto No. 4.634, de 17 de março.

A: Nomeia os Membros do Conselho Regional de Desportos.

FC: DOE de 21 de março de 1978.

Decreto No. 4.653, de 22 de março.

A: Regulamenta a concessão de bolsas de estudo a alunos carentes de recursos, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino particular de 1º. e 2º. graus.

FC: DOE de 29 de março de 1978.

Decreto No. 4.721, de 05 de abril.

A: Prorroga prazo para apresentação de anteprojeto relativo à implantação dos mecanismos operacionais do ensino religioso nas escolas públicas de 1º. e 2º. graus do Estado de Santa Catarina.

FC: DOE de 05 de abril.

Decreto No. 4.722, de 05 de abril.

A: Delega competência aos Secretário da Educação e Cultura (expedir atos e emitir despachos, em caráter final, para designação e dispensa de funcionários, para responder por...).

FC: DOE de 11 de abril de 1978.

Decreto No. 5.009, de 29 de maio.

A: Regulamenta e disciplina a ministração de aulas de ensino religioso nas escolas de 1º. e 2º. graus da rede pública estadual.

FC: DOE de 30 de maio de 1978.

Decreto No. 5.016, de 31 de maio.

A: Delega competência ao Vice-Governador do Estado e aos Secretários de Estado.

FC: DOE de 31 de maio de 1978.

Decreto No. 5.033, de 05 de junho.

A: Estabelece normas para substituição de professores de 1ª. a 4ª. séries do 1º. grau e aprova tabela de vencimentos.

FC: DOE de 06 de junho de 1978.

Decreto No. 5.039, de 07 de junho.

A: Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Educação e Cultura com a nominata dos cargos de provisão.

mento em comissão.

FC: DOE de 15 de junho de 1978.

Decreto No. 5.375, de 21 de julho.

A: Cria Grupo de Trabalho com vistas à reorganização da Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 24 de julho de 1978.

Decreto No. 5.376, de 21 de julho.

A: Transforma as Coordenadorias Locais de Educação em Supervisões Locais de Educação e cria mais duas Supervisões Locais de Educação.

FC: DOE de 24 de julho de 1978.

Decreto No. 5.377, de 21 de julho.

A: Dispõe sobre a distribuição das Supervisões Locais de Educação.

FC: DOE de 24 de julho de 1978.

Decreto No. 5.471, de 02 de agosto.

A: Dispõe sobre a concessão de gratificação de produtividade aos Supervisores Locais de Educação.

FC: DOE de 07 de agosto de 1978.

Decreto No. 5.561, de 17 de agosto.

A: Homologa a Resolução No. 22/78, da Fundação Educacional de Santa Catarina. (Aprova a majoração de níveis salariais da Fundação Educacional de Santa Catarina e altera função gratificada).

FC: DOE de 21 de agosto de 1978.

Decreto No. 5.846, de 03 de outubro.

A: Remaneja e transforma cargos que menciona e dá outras providências (cargo do DSP passa a integrar a nominata dos cargos em comissão do Gabinete do Secretário da Educação e Cultura).

FC: DOE de 05 de outubro de 1978.

Decreto No. 6.014, de 26 de outubro.

A: Altera distribuição das Supervisões Locais de Educação, na 1a. e 3a. Unidades de Coordenação Regional de Educação.

FC: DOE de 31 de outubro de 1978.

Decreto No. 6.351, de 08 de dezembro.

A: Dispõe sobre a concessão de gratificação aos Supervi-

sores Locais de Educação.

FC: DOE de 08 de dezembro de 1978.

Decreto No. 6.352, de 08 de dezembro.

A: Dispõe sobre a concessão de gratificação a titulares de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências.

FC: DOE de 08 de dezembro de 1978.

Decreto No. 6.430, de 20 de dezembro.

A: Homologa a Resolução No. 45/78, de 05 de dezembro de 1978, do Conselho de Administração da Fundação Educacional de Santa Catarina. Cria o cargo de Assessor de Comunicação Social.

FC: DOE de 22 de dezembro de 1978.

Decreto No. 6.545, de 22 de dezembro.

A: Altera denominação de cargos que menciona e dá outras providências. (Altera de Chefe da Divisão de Educação Física para Chefe da Divisão de Educação Física e Desportos).

FC: DOE de 26 de dezembro de 1979.

Ano de 1979 – Governo ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (até 15 de março)

Governo JORGE KONDER BORNHAUSEN (a partir de 15 de março).

Lei No. 5.516, de 28 de fevereiro.

A: Dá nova redação à Lei No. 5.089, de 30 de abril de 1975, que dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa, e dá outras providências.

FC: DOE de 12 de março de 1979.

Lei No. 5.524, de 10 de abril.

A: Dispõe sobre a concessão de gratificação especial de atividade a titular efetivo de cargo de categoria funcional do Grupo Docente do Magistério Público Estadual (P6 de Giz).

FC: DOE de 27 de abril de 1979.

Lei No. 5.527, de 10 de maio.

A: Reajusta os valores dos vencimentos, salários, gratificações, saldos e proventos do pessoal civil e militar do Estado, ativo e inativo e estabelece outras providências.

FC: DOE de 11 de maio de 1979.

Decreto No. 7.079, de 14 de fevereiro.

A: Cria, na Secretaria da Educação e Cultura, o Centro de Televisão Educativa de Santa Catarina.

FC: DOE de 16 de fevereiro de 1979.

Decreto No. 7.080, de 14 de fevereiro.

A: Prorroga o Mandato dos Membros do Conselho Regional de Desportos.

FC: DOE de 16 de fevereiro de 1979.

Decreto No. 7.287, de 16 de março.

A: Delega competência ao Vice-Governador do Estado e aos Secretários de Estado, ao Procurador Geral do Estado e ao Consultor Geral do Estado.

FC: DOE de 16 de março de 1979.

Decreto No. 7.294, de 16 de março.

A: Remaneja cargos de provimento em Comissão para a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. (Cargos remanejados da Secretaria da Educação).

FC: DOE de 16 de março de 1979.

Decreto No. 7.435, de 24 de abril.

A: Aprova o Estatuto da Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC, e dá outras providências.

FC: DOE de 24 de abril de 1979.

Decreto No. 7.441, de 25 de abril.

A: Dispõe sobre a movimentação de pessoal da Secretaria da Educação para a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

FC: DOE de 27 de abril de 1979.

Decreto No. 7.482, de 07 de maio.

A: Dispõe sobre a concessão de gratificação a titulares de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo da Secretaria da Educação e estabelece outras providências.

FC: DOE de 09 de maio de 1979.

Decreto No. 7.509, de 11 de maio.

A: Institui regime de trabalho para o membro do Ministério Estadual e para o professor designado na forma de Lei No. 4.886, de 04 de julho de 1973; regulamenta a Lei No. 5.294, de 30 de novembro de 1976,e dá outras providências.

FC: DOE de 17 de maio de 1979.

Decreto No. 7.520, de 14 de maio.

A: Cria Comissão Superior de Estudos, para a elaboração do Projeto do Plano Estadual de Educação.

FC: DOE de 21 de maio de 1979.

Decreto No. 7.530, de 14 de maio.

A: Autoriza reajuste nos valores dos vencimentos dos servidores pertencentes ao Quadro Especial de Pessoal do Convênio de cooperação técnica,celebrado entre a Secretaria da Educação e a Fundação Educacional de Santa Catarina.

FC: DOE de 25 de maio de 1979.

Decreto No. 7.569, de 16 de maio.

A: Remaneja cargo que menciona e dá outras providências (Cargo da Secretaria da Educação para a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo).

FC: DOE de 25 de maio de 1979.

Decreto No. 7.645, de 25 de maio.

A: Altera tabela de vencimentos de professores substitutos de 1a. a 4a. séries do 1o. grau.

FC: DOE de 29 de maio de 1979.

Decreto No. 7.760, de 4 de junho.

A: Desvincula da Secretaria da Educação e vincula à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo o Conselho Regional de Desportos – CRD.

FC: DOE de 08 de junho de 1979.

Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979.

A: Delega competência ao Vice-Governador do Estado, aos Secretários de Estado, ao Procurador Geral do Estado e ao Consultor Geral do Estado e dá outras providências.

FC: DOE de 11 de julho de 1979.

Decreto No. 8.205, de 17 de julho de 1979.

A: Autoriza o funcionamento dos Centros Interescolares de 2º. grau (CIS), nas cidades de Blumenau, Lages, Criciúma e Joinville.

FC: DOE de 19 de julho de 1979.

Decreto No. 8.683, de 31 de agosto de 1979.

A: Proíbe movimentação de membros do Magistério Público Estadual.

FC: DOE de 31 de agosto de 1979.

Edital No. 001/79

A: Abre inscrições ao Concurso Público Estadual para prover cargos dos Centros Interescolares de 1º. grau e Escolas Básicas Integradas.

FC: DOE de 16 de julho de 1979.